



A Contabilidade e sua Responsabilidade Social e Ambiental

1 - Introdução

O mundo corporativo tem um papel fundamental na garantia de preservação do meio ambiente e na definição da qualidade de vida das comunidades de seus funcionários. Empresas socialmente responsáveis geram, sim, valor para quem está próximo. E, acima de tudo, conquistam resultados melhores para si próprias. A responsabilidade social deixou de ser uma opção para as empresas. É uma questão de visão, de estratégia e, muitas vezes, de sobrevivência.

Os assuntos ambientais estão crescendo em importância para a comunidade de negócios em termos de responsabilidade social, do consumidor, desenvolvimento de produtos, passivos legais e considerações contábeis. A inclusão da proteção do ambiente entre os objetivos da administração amplia substancialmente todo o conceito de administração. Os administradores cada vez mais têm que lidar com situações em que parte do patrimônio das empresas é simplesmente ceifada pelos processos que envolvem o ressarcimento de danos causados ao meio ambiente, independentemente desses danos poderem ser remediados ou não.

Portanto, a participação da Contabilidade é de extrema importância, pois vai despertar o interesse para as questões ambientais, ajudando a classe empresarial a implementar, em sua gestão empresarial, a variável ambiental, não apenas para constar na legislação, mas por uma verdadeira conscientização ecológica.

Neste sentido, não podemos ficar para trás, não podemos perder mais esta oportunidade de nos inserirmos no seio da sociedade, assumindo uma nova postura como cidadão e como profissional perante a sociedade.

2 - O ambiente como estratégia empresarial

O fator ambiental vem mostrando a necessidade de adaptação das empresas e conseqüentemente direciona novos caminhos na sua expansão. As empresas devem mudar seus paradigmas, mudando sua visão empresarial, objetivos, estratégias de investimentos e de marketing, tudo voltado para o aprimoramento de seu produto, adaptando-o à nova realidade do mercado global e corretamente ecológico.

O paradigma atual de desenvolvimento é um modelo meramente capitalista que visa ao lucro máximo. Portanto, o cresci-

□ **Maria Elisabeth Pereira Kraemer**

□ Contadora, CRC/SC nº 11.170, Professora e Integrante da Equipe de Ensino e Avaliação da Pró-Reitoria de Ensino da UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí - Itajaí - SC. Mestre em Relações Econômicas Sociais e Internacionais pela Universidade do Minho-Portugal. Doutoranda em Ciências Empresariais pela Universidade do Museu Social Argentino-UMSA Argentina. Membro da Corrente Científica Brasileira do Neopatrimonialismo e da ACIN - Associação Científica Internacional Neopatrimonialista.

mento econômico em si gera bem-estar à sociedade, e o meio ambiente é apenas um bem privado, no que se refere à produção e descarte dos seus resíduos. Dentro desse processo, ao longo dos últimos 30 anos, pode-se afirmar que os recursos naturais são tratados apenas como matéria-prima para o processo produtivo, principalmente no processo produtivo industrial. O que aconteceu é que este modelo, da maneira como foi idealizado, não é sustentável ao longo do tempo. Ficou claro que os recursos naturais eram esgotáveis, e, portanto, finitos, se mal utilizados.

Assume-se que as reservas naturais são finitas e que as soluções ocorrem através de tecnologias mais adequadas ao meio ambiente. Deve-se atender às necessidades básicas usando o princípio da reciclagem.

Este novo fazer foi construído, em grande parte, a partir dos resultados da Rio-92, onde a noção de Desenvolvimento Sustentável se alastrou e se estruturou. Porém, o que a noção e os conceitos de sustentabilidade trazem como novo desafio são os caminhos para a Gestão Ambiental.

Nesse aspecto, as empresas têm um papel extremamente relevante. Através de uma prática empresarial sustentável, provocando mudança de valores e de orientação em seus sistemas operacionais, estarão engajadas à idéia de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente.

Neste novo paradigma, Almeida (2002) diz que a idéia é de integração e interação, propondo uma nova maneira de olhar e transformar o mundo, baseada no diálogo entre saberes e conhecimentos diversos. No mundo sustentável, uma atividade - a econômica, por exemplo - não pode ser pensada ou praticada em separado, porque tudo está inter-relacionado, em permanente diálogo.

Abaixo tem-se as diferenças entre o velho e o novo paradigmas:
Quadro 1 – Paradigma cartesiano versus paradigma da sustentabilidade

| Cartesiano | Sustentável |
|--|--|
| Reducionista, mecanicista, tecnocêntrico | Orgânico, holístico, participativo |
| Fatos e valores não relacionados | Fatos e valores fortemente relacionados |
| Preceitos éticos desconectados das práticas cotidianas | Ética integrada ao cotidiano |
| Separação entre o objetivo e o subjetivo | Interação entre o objetivo e o subjetivo |
| Seres humanos e ecossistemas separados, em uma relação de dominação | Seres humanos inseparáveis dos ecossistemas, em uma relação de sinergia |
| Conhecimento compartimentado e empírico | Conhecimento indivisível, empírico e intuitivo |
| Relação linear de causa e efeito | Relação não-linear de causa e efeito |
| Natureza entendida como descontínua, o todo formado pela soma das partes | Natureza entendida como um conjunto de sistemas inter-relacionados, o todo maior que a soma das partes |
| Bem-estar avaliado por relação de poder (dinheiro, influência, recursos) | Bem-estar avaliado pela qualidade das inter-relações entre os sistemas ambientais e sociais |
| Ênfase na quantidade (renda per capita) | Ênfase na qualidade (qualidade de vida) |
| Análise | Síntese |
| Centralização de poder | Descentralização de poder |
| Especialização | Transdisciplinaridade |
| Ênfase na competição | Ênfase na cooperação |
| Pouco ou nenhum limite tecnológico | Limite tecnológico definido pela sustentabilidade |

Fonte: Almeida (2002).

Os empresários, neste novo papel, tornam-se cada vez mais aptos a compreender e participar das mudanças estruturais na relação de forças nas áreas ambiental, econômica e social. Também, em sua grande parte, já decidiram que não querem ter mais passivos ambientais.

As questões sociais e ambientais são reunidas e passam a ser ainda mais exigidas no conceito de sustentabilidade. A sustentabilidade, para Gray (2003), é um conceito difícil de aplicar em qualquer corporação individual. Ele é basicamente um conceito global. Mas isto não significa que não tenha aplicação em corporações – como, um número cada vez maior de empresas e grupos de pressão/solucionadores de problemas corporativos está rapidamente reconhecendo.

Essa conscientização nos conduzirá ao desenvolvimento sustentável, definido no Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Para Callenbach (1993), a **administração ambiental** está associada à idéia de resolver os problemas ambientais em benefício da empresa. Ela carece de uma dimensão ética, e suas principais motivações são a observância das leis e a melhoria da imagem da empresa. Já o **gerenciamento ecológico** é motivado por uma ética ecológica e por uma preocupação com o bem-estar das futuras gerações. Seu ponto de partida é uma mudança de valores na cultura empresarial.

Quanto ao gerenciamento ecológico, Capra apud Callenbach (1993) diz que envolve a passagem do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico. Um aspecto essencial dessa mudança é que a percepção do mundo como máquina cede lugar à percepção do mundo como sistema vivo. Essa mudança diz respeito à nossa percepção da natureza, do organismo humano, da sociedade e, portanto, também à nossa percepção de uma organização de negócios.

Neste sentido, Sá (2002) refere que há uma consciência social em marcha, cuja formação se acelera e que condena a especulação gravosa da riqueza e o uso inadequado de utilidades, como fatores de destruição do planeta e como lesão à vida dos entes que povoam o mundo.

Esse novo paradigma precisa ser acompanhado por uma mudança de valores, passando da expansão para a conservação, da quantidade para a qualidade, da denominação para a parceria.

Bertalanffy (1977), com sua Teoria Geral dos Sistemas, enfatiza que tudo está unido a tudo e que cada organismo não é um

sistema estático fechado ao mundo exterior, mas sim um processo de intercâmbio com o meio circunvizinho, ou seja, um sistema aberto num estado quase estacionário, onde materiais ingressam continuamente, vindos do meio ambiente exterior, e neste são deixados materiais provenientes do organismo.

Segundo Bateson (1987), um sistema vivo não se sustenta somente com a energia que recebe de fora, mas fundamentalmente pela organização da informação que o sistema processa.

As empresas, para Capra apud Callenbach (1993), são **sistemas vivos**, cuja compreensão não é possível apenas pelo prisma econômico. Como sistema vivo, a empresa não pode ser rigidamente controlada por meio de intervenção direta, porém, pode ser influenciada pela transmissão de orientações e emissão de impulsos. Esse novo estilo de administração é conhecido como **administração sistêmica**.

3 - Responsabilidade Social

As empresas de hoje são agentes transformadores que exercem uma influência muito grande sobre os recursos humanos, a sociedade e o meio ambiente, possuindo também recursos financeiros, tecnológicos e econômicos. Diante disto, procuram colaborar de alguma forma para o fortalecimento destas áreas, com posturas éticas, transparência, justiça social.

As companhias estão sendo incentivadas agora e cada vez mais pela administração pública e pelos seus *stakeholder* a focalizar seus impactos ambientais e sociais, desenvolver maneiras apropriadas a internalizar e reduzir seus custos associados, e construir de relatório para uma sustentabilidade ambiental maior.

Nos últimos anos, houve progressos surpreendentes na área de gerenciamento e relatório ambiental e, mais recentemente, o mesmo ocorreu quanto à conscientização sobre a responsabilidade social e a crescente compreensão dos desafios da sustentabilidade.

Todas as empresas gostariam de ser admiradas pela sociedade, por seus funcionários, pelos parceiros de negócios e pelos investidores. O grande problema é estar disposto a encarar os desafios que se colocam no caminho de uma companhia realmente cidadã. O primeiro deles, segundo Vassallo (2000), é o desafio operacional. Uma empresa responsável pensa nas conseqüências que cada uma de suas ações pode causar ao meio ambiente, a seus empregados, à comunidade, ao consumidor, aos fornecedores e a seus acionistas. De nada adianta investir milhões em um projeto comunitário e poluir os rios próximos de suas fábricas. Ou dar benefícios e oportunidades a seus

funcionários e não ser transparente com seus consumidores. Ou ainda preservar florestas no Brasil e comprar componentes de um fabricante chinês que explora mão-de-obra infantil.

Neste sentido, o Parecer de Iniciativa sobre a Responsabilidade Social (2003) diz que a responsabilidade social é a integração voluntária pelas empresas das preocupações sociais e ambientais nas suas atividades comerciais e nas suas relações com todas as partes. É complementar das soluções legislativas e contratuais a que as empresas estão ou podem vir a estar obrigadas e que se aplicam a questões como, por exemplo, o desenvolvimento da qualidade de emprego, a adequada informação, consulta e participação dos trabalhadores, bem como o respeito e promoção dos direitos sociais e ambientais e a qualidade dos produtos e serviços.

Trata-se, segundo o Parecer de Iniciativa sobre a Responsabilidade Social (2003), de uma noção compreensiva e abrangente, que se situa mais no âmbito das boas práticas e da ética empresarial e da moral social, do que no dos normativos jurídicos. Abrange aspectos tão diversos como os que vão da gestão de recursos humanos e da cultura de empresa até a escolha dos parceiros comerciais e das tecnologias. Implica, pois, uma abordagem integrada das dimensões financeira, tecnológica, comercial, deontológica e social da empresa, tanto mais quanto ela é, na sua essência, uma comunidade de pessoas ao serviço do bem comum.

O Livro Verde (2001) diz que a responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo.

A empresa é socialmente responsável quando vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores, e faz isso por acreditar que assim será uma empresa melhor e estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

4 - A responsabilidade ambiental da empresa

Ecologia e empresa eram considerados dois conceitos e realidades inconexas. A ecologia é a parte da biologia que estuda a relação entre os organismos vivos e seu ambiente. Dessa forma, é entendida como uma ciência específica dos naturalistas, distanciada da visão da Ciência Econômica e Empresarial. Para a empresa, o meio ambiente que estuda ecologia constitui simplesmente o suporte físico que fornece à empresa, os recursos necessários para desenvolver sua atividade produtiva e o receptor de resíduos que se geram.

Alguns setores já assumiram tais compromissos com o novo modelo de desenvolvimento, ao incorporarem, nos modelos de gestão, a dimensão ambiental. A gestão de qualidade empresarial passa pela obrigatoriedade de que sejam implantados sistemas organizacionais e de produção que valorizem os bens naturais, as fontes de matérias-primas, as potencialidades do quadro humano criativo, as comunidades locais e que devem iniciar o novo ciclo, onde a cultura do descartável e do desperdício seja coisas do passado. Atividades de reciclagem, incentivo à diminuição do consumo, controle de resíduo, capacitação permanente dos quadros profissionais, em diferentes níveis e escalas de conhecimento, fomento ao trabalho em equipe e às ações criativas são desafios-chave neste novo cenário.

A nova consciência ambiental, surgida no bojo das transformações culturais que ocorreram nas décadas de 60 e 70, ganhou dimensão e situou o meio ambiente como um dos princípios fundamentais do homem moderno. Nos anos 80, os gastos com proteção ambiental começaram a ser vistos pelas empresas líderes não primordialmente como custos, mas como investimentos no futuro e, paradoxalmente, como vantagem competitiva.

A inclusão da proteção do ambiente entre os objetivos da organização moderna amplia substancialmente todo o conceito

de administração. Administradores, executivos e empresários introduziram em suas empresas programas de reciclagem, medidas para poupar energia e outras inovações ecológicas. Essas práticas difundiram-se rapidamente e logo, vários pioneiros dos negócios desenvolveram sistemas abrangentes de administração de cunho ecológico.

Para se entender a relação entre a empresa e o meio ambiente tem que se aceitar, como estabelece a teoria de sistemas, que a empresa é um sistema aberto. Sem dúvida nenhuma, as interpretações tradicionais da teoria da empresa como sistema tem incorrido em uma certa visão parcial dos efeitos da empresa e em seu entorno.

A empresa é um sistema aberto porque está formado por um conjunto de elementos relacionados entre si, porque gera bens e serviços, empregos, dividendos, porém, também consome recursos naturais escassos e gera contaminação e resíduos. Por isto é necessário que a economia da empresa defina uma visão mais ampla da empresa como um sistema aberto.

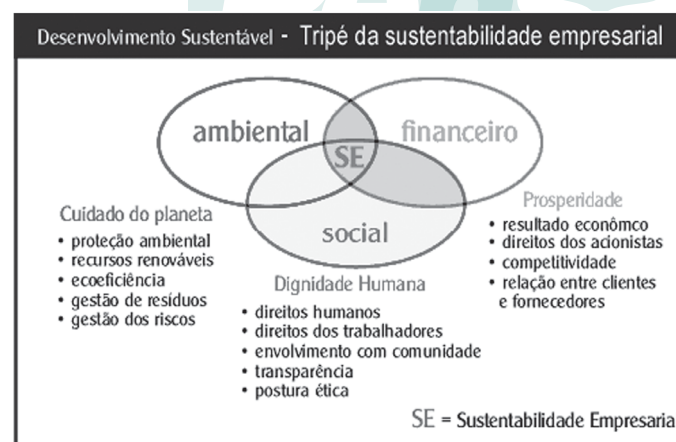
Neste sentido, Callenbach (1993) diz que é possível que os investidores e acionistas usem cada vez mais a sustentabilidade ecológica, no lugar da estrita rentabilidade, como critério para avaliar o posicionamento estratégico de longo prazo das empresas.

5 - Responsabilidade Social e Ambiental

A gestão ambiental e da responsabilidade social, para um desenvolvimento que seja sustentável econômica, social e ecologicamente, precisa contar com executivos e profissionais nas organizações, públicas e privadas, que incorporem tecnologias de produção inovadoras, regras de decisão estruturadas e demais conhecimentos sistêmicos exigidos no contexto em que se inserem.

O desenvolvimento econômico e o meio ambiente estão intimamente ligados. Só é inteligente o uso de recursos naturais para o desenvolvimento caso haja parcimônia e responsabilidade no uso dos referidos recursos. Do contrário, a degradação e o caos serão inevitáveis. De acordo com o quadro 1, a ordem é a busca do desenvolvimento sustentável, que em três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

Quadro 1 – Desenvolvimento Sustentável – Tripé da sustentabilidade empresarial



Fonte: www.copesul.com.br

Os novos tempos, conforme Tachizawa (2002), caracterizam-se por uma rígida postura dos clientes, voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado e que atuem de forma ecologicamente responsável.

A melhoria das condições de vida, segundo Coelho & Dutra (2000), passa obrigatoriamente por um conjunto de ações que transcende ao importante item de preservação ambiental e se

expande para a melhoria das condições de trabalho, assistência médica e social, além de incentivo às atividades culturais, artísticas, bem como à preservação, reforma e manutenção de bens públicos e religiosos.

A questão ambiental está se tornando cada vez mais matéria obrigatória das agendas dos executivos. A internacionalização dos padrões de qualidade ambiental descrito na série ISO 14000, a globalização dos negócios, a conscientização crescente dos atuais consumidores e a disseminação da educação ambiental nas escolas permitem antever que a exigência futura que farão os consumidores em relação à preservação do meio ambiente e à qualidade de vida deverá intensificar-se.

Neste contexto, Kraemer (2000) diz que as organizações deverão incorporar a variável ambiental no aspecto de seus cenários e na tomada de decisão, mantendo com isso uma postura responsável de respeito à questão ambiental. Empresas experientes identificam resultados econômicos e resultados estratégicos do engajamento da organização na causa ambiental. Estes resultados não se viabilizam de imediato; há necessidade de que sejam corretamente planejados e organizados todos os passos para a interiorização da variável ambiental na organização para que ela possa atingir o conceito de excelência ambiental, trazendo, com isso, vantagem competitiva.

Na informação sobre o meio ambiente, se deve incluir a Contabilidade, porque, na atualidade, o meio ambiente é um fator de risco e de competitividade de primeira ordem. A não inclusão dos custos e obrigações ambientais distorcerá tanto a situação patrimonial como a situação financeira e os resultados da empresa.

6 - Gestão Ambiental - o novo paradigma

Gestão Ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente pelas suas atividades.

Para Meyer (2000), a gestão ambiental é apresentada da seguinte forma:

→ objeto de manter o meio ambiente saudável (à medida do possível), para atender as necessidades humanas atuais, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras;

→ meio de atuar sobre as modificações causadas no meio ambiente pelo uso e/ou descarte dos bens e detritos gerados pela atividade humana, a partir de um plano de ação viável técnica e economicamente, com prioridades perfeitamente definidas;

→ instrumento de monitoramentos, controles, taxações, imposições, subsídios, divulgação, obras e ações mitigadoras, além de treinamento e conscientização;

→ base de atuação de diagnósticos (cenários) ambientais da área de atuação, a partir de estudos e pesquisas dirigidos em busca de soluções para os problemas que forem detectados.

Diversas organizações empresariais estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho mais satisfatório em relação ao meio ambiente. Neste sentido, a gestão ambiental tem se configurado como uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer empreendimento. Além dessa ferramenta, a problemática ambiental envolve também o gerenciamento dos assuntos pertinentes ao meio ambiente, por meio de sistemas de gestão ambiental, da busca pelo desenvolvimento sustentável, da análise do ciclo de vida dos produtos e da questão dos passivos ambientais.

É a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada. Ela consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade.

Antonius (1999) revela que, de modo geral, o gerenciamento

ambiental pode ser conceituado como a integração de sistemas e programas organizacionais que permitam:

→ o controle e a redução dos impactos no meio ambiente, devido às operações ou produtos;

→ o cumprimento de leis e normas ambientais;

→ o desenvolvimento e uso de tecnologias apropriadas para minimizar ou eliminar resíduos industriais;

→ o monitoramento e avaliação dos processos e parâmetros ambientais;

→ a eliminação ou redução dos riscos ao meio ambiente e ao homem;

→ a utilização de tecnologias limpas (*clean technologies*), visando minimizar os gastos de energia e materiais;

→ a melhoria do relacionamento entre a comunidade e o governo;

→ a antecipação de questões ambientais que possam causar problemas ao meio ambiente e, particularmente, à saúde humana.

A gestão ambiental começa a ser encarada como um assunto estratégico dentro das organizações e isso tem se tornado um fator importante de competitividade.

7 - SGA - Sistema de Gestão Ambiental

Os Sistemas de Gerência Ambientais atuais tiveram suas origens com o desenvolvimento de sistemas de qualidade. São ferramentas de gestão que possibilitam a uma organização de qualquer dimensão ou tipo para controlar o impacto das suas atividades no ambiente.

Um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) pode ser definido como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente.

Ele fornece um detalhe mais adicional no programa ambiental. Estabelece procedimentos, instruções de trabalho e controles, assegurando-se que a execução da política e da realização dos alvos possa se transformar numa realidade. Um SGA possibilita uma abordagem estruturada para estabelecer objetivos, para os atingir e para demonstrar que foram atingidos.

Os SGA acontecem por interferência de normas internacionais e de normas de grandes conglomerados organizacionais ou por exigências de clientes e outras partes interessadas.

Para que seja estabelecido um SGA, deverão ser identificados todos os aspectos pertinentes às atividades, produtos e serviços das organizações e os impactos significativos que poderão provocar no meio ambiente. Essa identificação pode ser realizada através de uma revisão inicial, englobando pelos menos as seguintes áreas:

→ legislação e outros instrumentos legais e normativos;

→ aspectos ambientais;

→ análise das práticas e procedimentos de gestão ambiental;

→ avaliação dos incidentes/acidentes prévios.

Os SGA não são obrigatórios, ou seja, não há legislação de qualquer nível, em qualquer lugar do mundo, que obrigue, uma organização produtiva a realizar o desenvolvimento e sua implantação. Contudo, o comércio internacional, cada vez mais, vem estabelecendo, como condição de comercialização de produtos e serviços, a certificação formal dos fornecedores em termos de gestão ambiental.

Isto implica mudança de cultura e até mesmo mudança estrutural. A questão deixa de ser assunto exclusivo de um departamento e se torna parte integrante da atividade de cada membro da empresa, desde a alta administração até o chão de fábrica.

7.1 - Padrões ambientais do sistema de gerência

Com expectativas ambientais cada vez mais estritas do desempenho, muitos negócios estão reconhecendo a necessidade de integrar a gerência ambiental em suas operações de negócio.

Neste contexto, o campo ambiental teve um crescimento

constante de padrões nacionais e regionais. A Instituição Britânica dos padrões tem BS 7750, a Associação Canadense dos Padrões tem a Gerência Ambiental, Padrões Examinados, Rotulagem Ambiental e a União Européia tem todas estas, mais os regulamentos da EMA, e muitos outros países, por exemplo, EUA, Alemanha e Japão, introduziram Programas de Rotulagem Ambiental.

Há uma similaridade grande entre os padrões ambientais do sistema de gerência aplicados em uma base internacional, européia e nacional. Tomamos como exemplo a ISO 14001, EMAS e BS7750. Todos estes padrões têm um jogo similar dos ingredientes:

- uma compreensão objetiva de aspectos ambientais e de seus impactos;
- a necessidade para uma política ambiental, esclarecendo os princípios ambientais promovidos pela companhia;
- objetivo e alvos que definem os objetivos ambientais e o trajeto para a realização deles;
- um sistema ou um programa ambiental de gerência, definindo como os objetivos e os alvos serão realizados;
- auditoria interna do sistema de gerência ambiental para assegurar a eficácia e o cumprimento;
- revisão da gerência do sistema para assegurar-se de que continue a ser apropriado e eficaz para a organização e seus alvos.

7.2. - Benefícios do Sistema de Gestão Ambiental

Hoje em dia, face à crescente concorrência global, as expectativas dos clientes não se cingem à procura de um determinado nível de qualidade ao menor custo. Eles estão cada vez mais informados e predispostos a comprar e usar produtos que respeitem o ambiente.

Temos, portanto, vantagens para o ambiente e para a organização. As vantagens ambientais resultam da definição de regras escritas para a realização de operações com potencial impacto ambiental e a introdução de práticas ambientais nessas operações, conseguindo-se reduzir os riscos ambientais da atividade (emissões, derrames, acidentes, entre outros).

A introdução de práticas ambientais vai, por outro lado, originar a redução de custos, via melhoria da eficiência dos processos, redução de consumos (matéria-prima, água, energia), minimização do tratamento de resíduos e efluentes e diminuição de prêmios de seguros, multas, etc.

Do mesmo modo, ao estabelecer uma estrutura de gestão ambiental, interfere-se com toda a organização, promovendo a definição de funções, responsabilidades e autoridades, levando, conseqüentemente, a um aumento de motivação nos colaboradores.

Uma última vantagem passa pela melhoria da imagem da empresa e sua aceitação pela sociedade, desde que corretamente explorada através da função marketing.

- Temos assim, esquematicamente, e entre outras vantagens:
- melhoria na organização interna;
 - melhoria da imagem;
 - aumento da satisfação e confiança dos clientes;
 - aumento da motivação e envolvimento no sistema, por parte dos colaboradores internos;
 - confiança no sistema e reflexão sobre o mesmo;
 - melhoria da posição competitiva, face aos concorrentes não certificados;
 - redução de custos;
 - acesso a determinados mercados e concursos, em face de um sistema com base em critérios internacionalmente aceitos;
 - minimização do impacto ambiental das atividades.

Os benefícios com a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental estão intimamente ligados à mudança comportamental, aprendizado e inovação organizacional.

8 - Contabilidade Ambiental – Relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente

A preocupação mundial em torno do meio ambiente caminha para um consenso em torno da adesão a um novo estilo de desenvolvimento que deve combinar eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. A combinação desses elementos somente será possível se houver um esforço conjunto de todos com objetivo de atingir o bem-estar geral no futuro.

Os contadores têm um papel fundamental nesta perspectiva, uma vez que depende desses profissionais elaborar um modelo adequado para esta entidade, incentivar as empresas a implementarem gestões ambientais que possam gerar dados apresentáveis contabilmente, nos balanços sociais, além de criar sistemas e métodos de mensuração dos elementos e de mostrar ao empresário as vantagens dessas ações.

Para Sá (2001), as exigências sociais e ambientais, aquelas do mercado, a luta imperialista, a velocidade extrema das comunicações, o progresso espantoso no processo da informação, as aplicações científicas cada vez mais ousadas em quase todos os ramos do saber humano, foram os fatores que inspiraram as modificações conceituais, também em Contabilidade.

Gray (2003) diz que a primeira tarefa da Contabilidade Ambiental é compreender melhor este processo e os processos sociais relacionados. A segunda é buscar formas através das quais a Contabilidade possa ser ajustada dentro da atual ortodoxia, visando encorajar uma maior interação social e ambiental benéfica.

Diante disto, a Contabilidade Ambiental é o processo que facilita as decisões relativas à atuação ambiental da empresa, a partir da seleção de indicadores e análises de dados, da avaliação destas informações com relação aos critérios de atuação ambiental, da comunicação, e da revisão e melhora periódica de tais procedimentos.

As inovações trazidas pela Contabilidade Ambiental estão associadas a pelo menos três temas:

- a definição do custo ambiental;
- a forma de mensuração do passivo ambiental, com destaque para o decorrente de ativos de vida longa, e;
- a utilização intensiva de notas explicativas abrangentes e o uso de indicadores de desempenho ambiental, padronizados no processo de fornecimento de informações ao público.

Junto a essas variáveis, se encontra ainda o respeito ao meio ambiente, cuja incidência econômica, sócio-jurídica e cultural está fora de toda dúvida e cujo impacto deve ser reconhecido na Contabilidade.

A Contabilidade não vai resolver os problemas ambientais, mas face à sua capacidade de fornecer informações, pode alertar os vários atores sociais para a gravidade do problema vivenciado, ajudando, desta forma, na procura de soluções.

8.1 - Finalidade e destinatário da Contabilidade Ambiental

Existem três motivos básicos para a empresa adotar uma Contabilidade Ambiental:

Razão de gestão interna – Está relacionada com uma ativa gestão ambiental e seu controle.

Exigências legais – A crescente exigência legal e normativa pode obrigar os diretores a controlar mais seus riscos ambientais, sob pena de multas.

Demanda dos participantes – A empresa está submetida cada vez mais a pressões internas e externas. Essas demandas podem ser dos empregados, acionistas, administração pública, clientes, bancos, investidores, organizações ecológicas, seguradoras e comunidade local.

Convém especificamente saber por que a empresa quer um sistema de Contabilidade Ambiental. Em outras palavras, que resultados espera obter com isto. É importante conhecer quais são os objetivos:

→ saber se a empresa cumpre ou não com a legislação ambiental vigente;

→ ajudar a direção em seu processo de tomada de decisões e na fixação de uma política e nos objetivos de gestão ambiental;

→ comprovar a evolução da atuação ambiental da empresa através do tempo e identificar as tendências que se observam;

→ detectar as áreas da empresa que necessitam especial atenção (áreas críticas) e os aspectos ambientais significativos;

→ no caso de empresas com uma política ambiental já estabelecida: conhecer se tem cumprido com os objetivos ambientais fixados pela companhia;

→ identificar oportunidades para uma melhor gestão dos aspectos ambientais;

→ identificar oportunidades estratégicas: como a empresa pode obter vantagens competitivas graças a melhoras concretas na gestão ambiental: quais são as melhoras que dão valor à companhia.

→ obter informação específica para fazer frente à solicitação dos partícipes concretos.

Os partícipes (conforme quadro 2) podem ser: diretores, empregados, acionistas, comunidade local, administração pública, clientes, fornecedores, investidores, bancos e entidades financeiras, seguradoras, organizações ecológicas, universidades e centros de pesquisas e seus interesses estão descritos no quadro 3.

Quadro 2 – Partícipes envolvidos na responsabilidade social e ambiental



Fonte: Fenech (2002)

Quadro 3 - Interesses específicos de cada partícipe

PARTÍCIPE - PRINCIPAIS INTERESSES

- 1 – Trabalhadores** - Garantia de emprego. Salários. Orgulho e sentimento de dignidade. Saúde e segurança no lugar no trabalho.
- 2 – Comunidade local** - Riscos de saúde. Ruídos. Odores. Resíduos expelidos no solo, água e ar. Conhecimento da atividade da empresa. Riscos de acidente.
- 3 – Clientes e fornecedores** - Qualidade dos produtos. Preços. Segurança nos produtos. Garantia nos produtos.
- 4 – Administração pública** - Cumprimento da legislação. Acidentes e denúncias. Consumo de recursos. Evidência de que a empresa cumpre seus compromissos ambientais.
- 5 – Entidades financeiras, investidores e acionistas.** - Resultados financeiros. Informações sobre responsabilidade ou obrigações legais e respeito a terceiros. Custos ambientais e sua gestão. Investidores ambientais. Vantagens comerciais relacionadas com a gestão ambiental. Custo do não cumprimento legal.
- 6 – Organizações ecológicas** - Informação ambiental no âmbito local. Impacto nos ecossistemas. Impactos ambientais do produto ou serviço.

Fonte: Fundació Fórum Ambiental (1999).

8.2 - Benefícios da Contabilidade de Gestão Ambiental

8.2.1 - Benefícios potenciais à indústria

→ identifica, estima, aloca, administra e reduz os custos, particularmente os tipos ambientais de custos.; ® controla o uso e os fluxos da energia e dos materiais;

→ dá informação mais exata e detalhada para suportar o estabelecimento e a participação em programas voluntários, custos efetivos para melhorar o desempenho ambiental;

→ informação mais exata e mais detalhada para a medida e o relatório de desempenho ambiental, assim melhorando a imagem de companhia com os stakeholders, tais como clientes, comunidades locais, empregados, governo e fornecedores.

8.2.2 - Benefícios potenciais à sociedade:

→ permite o uso mais eficiente de recursos naturais, incluindo a energia e a água;

→ reduz os custos externos relacionados à poluição da indústria, tal como os custos da monitoração ambiental;

→ fornece informações para a tomada de decisão, melhorando a política pública;

→ fornece a informação ambiental industrial do desempenho que pode ser usada no contexto mais extenso das avaliações do desempenho e de condições ambientais nas economias e em regiões geográficas.

Os exemplos de muitas iniciativas ambientais que se beneficiam da Contabilidade de Gestão Ambiental incluem:

→ prevenção da poluição;

→ design e implementação do sistema de gestão ambiental;

→ projeto para o ambiente;

→ cálculo dos custos, poupanças e benefícios de projetos;

→ estabelecimento de metas quantificadas de desempenho;

→ divulgação ao exterior de despesas, investimentos e responsabilidades em ambiente;

→ compra ambiental preferível;

→ avaliação anual dos custos/despesas em ambientes;

→ relatório externo na área do ambiente ou da sustentabilidade;

→ produção mais limpa, prevenção de poluição, gestão da cadeia de fornecedores e projetos de eco-design;

→ avaliação de investimentos, cálculo das opções de investimento;

→ preço dos produtos;

→ elaboração de orçamentos;

→ avaliação do desempenho ambiental dos indicadores e benchmarking;

→ relatório ambiental do desempenho.

9 - CONCLUSÃO

Os grandes problemas que emergem da relação da sociedade com o meio ambiente são densos, complexos e altamente inter-relacionados e, portanto, para serem entendidos e compreendidos nas proximidades de sua totalidade, precisam ser observados numa ótica mais ampla.

O contador, como menciona Sá (2000), precisa comparecer nesse novo cenário, com a disposição e competências necessárias para cooperar com a preservação do planeta, prosperidade das sociedades e valorização do homem. Deverá ser o agente capaz de disseminar a responsabilidade social na sua organização e nas empresas às quais presta serviços. É ele o detentor de informações ricas e privilegiadas, e capaz de influenciar positivamente as organizações e contribuir para a tomada de decisão.

Partindo dessa premissa, a Contabilidade não pode ficar fechada à escrituração e mensurações quantitativas do patrimônio da empresa. Ela deve estar aberta à evolução tecnológica e às mudanças rápidas do mundo moderno. Estar presente na luta pela preservação ambiental natural, criando modelos contábeis eficazes e orientando o empresário na aplicação destes modelos para satisfazer as necessidades da riqueza da empresa com eficácia e também satisfazer com eficácia as necessidades do meio ambiente natural.

10 - Referências

- ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ANTONIUS, P A J. A exploração dos recursos naturais face à sustentabilidade e gestão ambiental: uma reflexão teórico-conceitual. Belém – PA: NAEA, 1999. 30p.
- BATESON, G. Natureza e Espírito. Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- BERTALANFFY, L. V. Teoria Geral dos Sistemas. São Paulo: Vozes, Petrópoles, 1977
- CALLENBACH, E., et al. Gerenciamento Ecológico – Eco-Management – Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.
- COELHO, F. S. DUTRA, R. G. CARDOSO, R. L. Evidenciação do investimento no social e no ambiental. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro.. Rio de Janeiro - RJ: ano 3, n. 09, p. 12-18, ago/out.2000.
- COMISSÃO Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, p.44-50, 1988.
- FENECH, F. C. Presentación y evaluación de la contabilidad social y medioambiental. Curso de verano de la Universidad de Burgos: "Contabilidad para el desarrollo sostenible: Global Reporting Initiative". Burgos, 22 de julio, 2002. www.ubu.es. Acesso em 19 de janeiro de 2003.
- Fundació Fórum Ambiental. Agencia Europea del Medio Ambiente, Barcelona, Abril de 2001. Perfil profesional del responsable de meio ambiente en las organizaciones. www.forumambiental.com. Acesso em 27 de novembro de 2002.
- GRAY, R. A neutralidade da contabilidade? <http://www.gla.ac.uk/departments/accounting/csear/studentresources/index.html> acesso em 23 de fevereiro de 2003.
- GRAY, R. Responsabilidade, sustentabilidade e contabilidade social e ambiental: o setor corporativo pode se pronunciar? <http://www.gla.ac.uk/departments/accounting/csear/studentresources/index.html> acesso em 23 de fevereiro de 2003.
- KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental como sistema de informações. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro.. Rio de Janeiro - RJ: ano 3, n. 09, p. 19-26, ago/out.2000.
- LIVRO Verde. Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas, 18/07/2001. Comissão das Comunidades Europeias. www.europart.eu.int. Acesso em 16 de out. de 2002.
- MEYER, M. M. Gestão ambiental no setor mineral: um estudo de caso. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- PARECER de Iniciativa sobre a Responsabilidade Social das Empresas. Aprovado no Plenário de 17 de janeiro de 2003. Lisboa 2003. www.ces.pt acesso e, 25.05.2003.
- SÁ, A. L. de. Contabilidade Ambiental. <http://www.nelsonpeixoto.hpg.ig.com.br/Portugues/Ambiental/Index.htm>. Acesso em 23 de dezembro de 2002.
- SÁ, A. L. A função social do contabilista. Revista Mineira de Contabilidade. Belo Horizonte – MG: n. 03, p. 24-27, abr/jun. 2001.
- SÁ, A. L. de. Contabilidade Ambiental. <http://www.nelsonpeixoto.hpg.ig.com.br/Portugues/Ambiental/Index.htm>. Acesso em 23 de dezembro de 2002.
- TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. São Paulo: Atlas, 2002.
- TINOCO, J. E. P. Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.
- VASSALLO, C. Um novo modelo de negócios. Guia de boa cidadania corporativa. Revista Exame. São Paulo – SP: nº 728, p.08-11, 2000. <http://www.copesul.com.br/site/ambiente/meio/index.htm> acesso em 21 de abril de 2003.

Prêmio

FREITAS BASTOS

Participe!

Publique seu livro!

Verifique o regulamento no portal do CRC-RJ.

Envie seu original para o CRC-RJ.

Maiores informações no Departamento de Desenvolvimento Profissional (Despro)

Tels: (21) 2216-9543/2216-9544/2216-9571

